

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 3 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-866-3 DOI 10.22533/at.ed.663192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1 1

AGROECOLOGIA NA ESCOLA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO A PARTIR DA ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA

Diego de Sousa Macedo

Wesley Amaral Vieira

DOI 10.22533/at.ed.6631923121

CAPÍTULO 2 12

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA GAMIFICAÇÃO E APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA DISCIPLINA DE SISTEMAS DE TRANSPORTES DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NOS ANOS DE 2013, 2014 E 2016

Márcia de Andrade Pereira Bernardinis

Rodolfo Augusto da Costa

Maria Clara Suginoshita

Marcelo Sefrin Nascimento Pinto

DOI 10.22533/at.ed.6631923122

CAPÍTULO 3 28

AS RELAÇÕES BIOFÍLICAS E A ATIVIDADE NA NATUREZA: SUA CONTRIBUIÇÃO NO BEM-ESTAR

Marilda Teixeira Mendes

Michela Abreu Francisco Alves

Jarbas Pereira Santos

Patrícia Aparecida Antunes Alves

Irene Menegali

DOI 10.22533/at.ed.6631923123

CAPÍTULO 4 39

CONHECENDO SOBRE A EVOLUÇÃO DA CONTAGEM E IDENTIFICANDO A ABORDAGEM DA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Silvânia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.6631923124

CAPÍTULO 5 50

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE UM GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS

Rael Oliveira Souza

Erivelton Nascimento Souza

Darlei Oliveira Ferreira

Aldinete Silvino de Lima

DOI 10.22533/at.ed.6631923125

CAPÍTULO 6 61

CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Gislei José Scapin

Leandra Costa da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6631923126

CAPÍTULO 7	74
CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA UM ENSINO DE CIÊNCIA ARTICULADO COM A REALIDADE	
Elisete Martins Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6631923127	
CAPÍTULO 8	86
EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: A INSENSIBILIDADE DA ESCOLA DIANTE DO CORPO ATIVO	
Andressa Rodrigues Mota	
Kelly Jessie Queiroz Penafiel	
Sylvia Pillar Oliveira de Tassis Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.6631923128	
CAPÍTULO 9	97
ELABORAÇÃO DE FOLDERS PARA DIVULGAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS EM NAVIRAÍ - MS	
Keila Kauana Ribeiro Serena	
Fabiane Charão Gomes	
Juliana Dutra Lima	
Mariana Manfroi Fuzinatto	
Priscila Neder Morato	
DOI 10.22533/at.ed.6631923129	
CAPÍTULO 10	102
ENSINO DE QUÍMICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE: ANÁLISES E REFLEXÕES	
Andréia Andreóli Silvestre	
Sandra Valéria Limonta Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231210	
CAPÍTULO 11	110
ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ ACERCA DE PRIMEIROS SOCORROS	
Janne Eyre Bezerra Torquato	
Adalberto Cruz Sampaio	
Francisco Diego da Silva Xavier	
Monalisa Martins Querino	
Elizabeth Amábile Calixto Costa	
Sheyla Maria Lima da Silva	
Paulo Henrique do Nascimento Bem	
Aurilene Alves Torquato	
Ilanna Mara Bezerra Neves	
Alinne Mota Dias	
Emanuelly Castro Alves	
José Herssem Loureto Abrantes Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231211	
CAPÍTULO 12	122
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO FÍSICA PARA SAÚDE DE ESTUDANTES EM FASE ESCOLAR	
Adriana Lúcia Leal da Silva	
Luiz Clebson de Oliveira Silvano	
Letícia Lúcia Leal da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231212	

CAPÍTULO 13	130
MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PODER E SABER MÉDICO NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS ESCOLARES	
Fabiola Regina Ortega Eduardo Nunes Jacondino	
DOI 10.22533/at.ed.66319231213	
CAPÍTULO 14	140
NOTAS SOBRE A FILOSOFIA POLÍTICA DE ELLACURÍA	
Rogério Baptistella Sidney Reinaldo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231214	
CAPÍTULO 15	149
O GEOGEBRA COMO FERRAMENTA NO ESCALONAMENTO DE SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	
Márcio dos Anjos São Pedro	
DOI 10.22533/at.ed.66319231215	
CAPÍTULO 16	161
O PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA E O SEU PAPEL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA	
Eunice Pereira Azenha Maritê Medianeira Moro Neocatto Karla Marques da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66319231216	
CAPÍTULO 17	175
RELATO DE EXPERIÊNCIA COM O SUBPROJETO PIBID NA ÁREA DE MATEMÁTICA	
Maria Emília da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231217	
CAPÍTULO 18	184
ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVIDADES DIDÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA NA COMPREENSÃO ESCRITA	
Maria Catarina Paiva Repolês	
DOI 10.22533/at.ed.66319231218	
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
CAPÍTULO 19	195
A EDUCAÇÃO NA DEFESA FUNDAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS	
Juliana Santos Alves Paulo Sérgio Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231219	

CAPÍTULO 20	204
ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CÁCERES	
Cleusa dos Santos Eva Batista dos Santos Silva Ilma Ferreira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.66319231220	
CAPÍTULO 21	213
CONSELHO ESCOLAR, INSTRUMENTO DA DEMOCRACIA: DIAGNÓSTICO DA GESTÃO COLEGIADA NO COLÉGIO ESTADUAL DE BRUMADO	
Elielson Teixeira Nubia Regina Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.66319231221	
CAPÍTULO 22	225
ENSAIO ANALÍTICO DO PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS	
Sérgio Inácio da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.66319231222	
CAPÍTULO 23	237
INOVAÇÃO OU DEMOCRACIA: APORIA DE INSTITUIÇÕES OU FIM DA DEMOCRACIA?	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.66319231223	
CAPÍTULO 24	248
O DEBATE PÚBLICO E PRIVADO EM EDUCAÇÃO NOS TRAMITES DE UMA LDB NEOLIBERAL	
Claitonei de Siqueira Santos Ivo Monteiro de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.66319231224	
CAPÍTULO 25	261
O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS: UMA ANÁLISE SOBRE SUA COMPOSIÇÃO E SEU IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DURANTE O PERÍODO DE 2007-2015	
Michele Lins Aracaty e Silva Leonardo Marcelo dos Reis Braule Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231225	
CAPÍTULO 26	272
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE SEUS PROPÓSITOS	
Elisabete Ferreira Esteves Campos Andreia de Souza Grava	
DOI 10.22533/at.ed.66319231226	
CAPÍTULO 27	286
RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO – TEORIA E PRÁTICA	
Jaqueline Tubin Fieira Giseli Moteiro Glagliotto	
DOI 10.22533/at.ed.66319231227	

CAPÍTULO 28	294
REPERCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	
Rozilene de Moraes Sousa	
Edna de Oliveira Souza Silva	
Queila Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66319231228	
CAPÍTULO 29	304
UMA JANELA PARA A ÉTICA DAS POLÍTICAS DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL	
Nuno Miranda e Silva	
Sónia Pereira Dinis	
DOI 10.22533/at.ed.66319231229	
SOBRE O ORGANIZADOR	317
ÍNDICE REMISSIVO	318

ENSAIO ANALÍTICO DO PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS

Data de aceite: 04/12/2018

Sérgio Inácio da Rosa

Doutor em Educação. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil. sinacio@iff.edu.br / sergioinacioiff@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca analisar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego em termos de suas possíveis contribuições para o fortalecimento da justiça social no Brasil. Para isso, o estudo apresenta inicialmente um relato sobre a “policy cycle approach” (abordagem do ciclo de políticas) com intuito de analisar o programa sobre a ótica desse método para pesquisa em políticas educacionais, descrevendo um breve histórico do PRONATEC, propondo uma reflexão que rompa com a concepção linear de análise de políticas públicas educacionais. O objetivo é então, lançar luz da abordagem do ciclo de políticas sobre o referido programa. Tendo Ball, Mainardes, Bourdieu e Weber como principais suportes teóricos, a reflexão deduzida infere que a abordagem do ciclo de políticas, constitui um importante referencial metodológico, capaz

de propiciar análises críticas e contextualizadas de programas que possam vir a contribuir para o fortalecimento da justiça social, a exemplo do PRONATEC.

PALAVRAS-CHAVE: *Pronatec. Abordagem do Ciclo de Políticas. Justiça Social.*

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é analisar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – o PRONATEC, em termos de suas contribuições para o fortalecimento da justiça social no Brasil como política pública educacional, considerando o conceito de justiça social como um valor da modernidade.

Diante disso, no campo específico das políticas educacionais, podemos cogitar uma análise que considere a participação dos segmentos envolvidos diretamente nas ações propostas por essas políticas públicas, a fim de superar a concepção oriunda de políticas implementadas de maneira linearmente hierarquizadas, sugerindo uma análise crítica que não se baseie somente em resultados, mas também nos efeitos por estes produzidos, permitindo uma análise mais densa a respeito da justiça social realmente conquistada pela

prática educativa no âmbito da política pública educacional.

Para tal, este trabalho emprega a abordagem do ciclo de políticas, que é constituído por três contextos principais: o contexto de influência, da produção do texto e da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares, indo de encontro a concepção tradicional distribuídas nas etapas de formulação, implementação e avaliação.

Richard Bowe e Stephen Ball rompem com essa trajetória linear que separam as fases de formulação e implementação, argumentando que essas fases ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo de gestão, estimando que os profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de formulação ou implementação de políticas e programas educacionais. MAINARDES, 2006.

Nessa perspectiva, a abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais. MAINARDES, 2006. Motivo pelo qual esse trabalho optou por realizar um exame do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) sob a ótica desse método, no intuito de alcançar uma abordagem flexível e diferenciada.

Segundo Jeferson Mainardes, uma das vantagens dessa abordagem é a sua flexibilidade, uma vez que é apresentada como uma proposta de natureza aberta e como um instrumento heurístico. MAINARDES, 2006.

Assim sendo, a “policy cycle approach” (abordagem do ciclo de políticas) como estrutura conceitual na análise do PRONATEC, se revelou como um instrumento pertinente para subsidiar a investigação desta política educacional, levando-se em conta seu rompimento com os modelos lineares de análise de políticas existentes.

Tal abordagem será apresentada em seus principais conceitos, de forma sucinta, na parte inicial deste artigo, principalmente no que tange as contribuições para análise da trajetória de políticas públicas em educação, com objetivo de destacar a preocupação particular com a justiça social, compreendida como elemento fundamental no entendimento de programas comprometidos com questões de justiça e igualdade social.

Em seguida, apresentaremos um breve histórico do PRONATEC, no intuito de realizar uma análise crítica, propondo com isso uma reflexão de teorias e uso de conceitos de diversos autores (diálogo com Bourdieu e Weber), utilizando um referencial metodológico ‘epistemologicamente pluralista’, e um conjunto de conceitos potentes e maleáveis (BALL, 2007, p. 1). Em referência ao termo *epistemologicamente pluralista*, cabe ressaltar que Carlos Nelson Coutinho (1991), salienta que pluralismo não é sinônimo de ecletismo. “É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao

nos advertir para nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência” (p. 14). Coutinho destaca ainda quatro valores pluralistas: a ideia da positividade do conflito, ideia da tolerância (em relação a opiniões, propostas e opções diversas), ideia da necessária divisão de poderes como condição de impedir a formação do poder absoluto e a ideia do direito das minorias.

Diante do exposto, o presente artigo, pois, busca, tomando como locus de análise o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, iluminado por alguns matizes da abordagem do ciclo de políticas, dialogando ainda com referenciais como Bourdieu e Weber, sob um enfoque sobremodo teórico-metodológico, inferir que a abordagem dos ciclos pode constituir um respeitável parâmetro analítico, capaz de propiciar reflexões críticas e contextualizadas de programas e políticas públicas educacionais análogas ao PRONATEC, utilizada como objeto de estudo neste artigo.

RELATO SOBRE A “POLICY CYCLE APPROACH” (ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS) E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

A abordagem do ciclo de políticas pode ser considerada um método para pesquisa em políticas educacionais. Foi formulada por Stephen J. Ball (Professor da Universidade de Londres, Inglaterra – ocupante da cátedra Karl Mannheim de Sociologia da Educação. Essa cátedra foi ocupada inicialmente por Basil Bernstein até 1990, de 1992 a 2000 por Geoff Whitty e, a partir de 2001, por Stephen Ball), e outros colaboradores. Na formulação inicial foi apresentada em um texto publicado em 1992, no qual Stephen J. BALL e Richard BOWE (1992) discutem os resultados de uma pesquisa sobre a “implementação” do Currículo Nacional na Inglaterra e País de Gales, a partir de 1982. A princípio, BALL e BOWE (1992) tentaram caracterizar o processo político, introduzindo a noção de um ciclo contínuo constituído por três facetas ou arenas políticas: *a política proposta, a política de fato e a política em uso*.

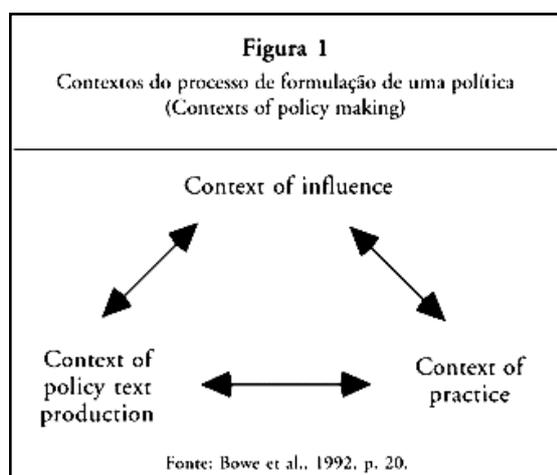
Mais tarde, Stephen Ball e Richard Bowe alteraram a proposta inicial entendendo que linguagem oferecia certa rigidez que ambos não pretendiam utilizar para conceber o ciclo de políticas, devido seu caráter restritivo.

Estes autores consideram que existe uma diversidade de intenções e disputas que influenciam diretamente o processo político e aquelas três arenas ofereciam conceitos restritos para definir o método almejado.

Com isso, Bowe e Ball apresentaram uma versão mais refinada do ciclo de políticas, propondo um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática.

Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um deles apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE et al, 1992).

A configuração dessa versão é representada na figura 1, onde é possível visualizar a preocupação dos autores em demonstrar a contínua inter-relação dos contextos, observando também a inexistência de um arranjo hierárquico entre eles.



Mais tarde, Ball expandiu o ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original, são eles: o contexto dos *resultados*, que se preocupa com questões de justiça, igualdade e liberdade individual, onde a ideia preconizada é que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, e o contexto da *estratégia* política. BALL, 1994.

Em 2007, numa entrevista concedida a Jefferson Mainardes – Doutor em educação e professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Maria Inês Marcondes – Doutora em Ciências Humanas/Educação e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), Ball indica que esses dois últimos contextos devem ser incorporados aos contextos primários (influência, produção do texto e contexto da prática). MAINARDES, 2009.

Diante disso, Ball aponta que o estudo crítico e analítico de políticas devem ser focados na formação do discurso político, e na interpretação realizada pelos profissionais envolvidos que atuam diretamente no contexto da prática, relacionando os textos gerados por esses discursos com a aplicação efetiva da política educacional.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo focar o estudo do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), a partir de sua gênese, analisando, à luz da abordagem dos ciclos, suas principais características, vislumbrando alcançar os possíveis resultados de suas ações na dimensão deste

enfoque, em termos de contribuições para justiça social enquanto política pública educacional. A escolha do método exposto se baseia na necessidade de ir além da dimensão técnica, refletir sobre este programa rompendo com a concepção linear de análise de políticas públicas, onde as fases são desencadeadas em passos sequenciais, e consideram que existe um perfeito entrosamento entre os órgãos e atores envolvidos em sua execução.

Exemplo desse modelo linear é o denominado (Top-Down) ‘de cima para baixo’, onde, como define Cavalcanti:

Parte-se do pressuposto de que a responsabilidade pela implementação da política repousa quase que exclusivamente na atuação dos burocratas de ‘alto-nível’ que “comandam” aqueles situados nos níveis ‘mais baixos’, os quais possuem escasso grau de discricionariedade. (CAVALCANTI, 2007, p. 222).

A autora ressalta ainda que nesse modelo, a política poderia ser entendida como uma “propriedade” dos decisores situados no topo das organizações e que têm o controle do processo de formulação. CAVALCANTI, 2007.

Nesta perspectiva, Moreira enfatiza que a principal crítica direcionada a esse modelo refere-se à ideia de que existe ou possa existir uma relação causal, linear entre os objetivos, as ações previstas para alcançá-los e os resultados. MOREIRA 2014.

Desse modo, visando apreender o programa em análise como uma política pública educacional capaz de proporcionar o fortalecimento da justiça social no Brasil, este artigo, por meio de uma reflexão teórico-metodológica julgada mais ampla, optou por realizar a análise do PRONATEC sobre a dimensão da “policy cycle approach” (abordagem do ciclo de políticas), na tentativa de romper com estruturas notadamente engessadas do viés positivista, entendendo o caráter complexo e controverso na dinâmica das ações de programas como este.

Nesse sentido, cabe destacar que a contribuição de Bourdieu, no campo das políticas públicas em educação também está pautada no rompimento com a noção positivista do que vem a ser o modo próprio pelo qual as ciências naturais produzem conhecimento, não obstante os próprios cientistas a ela recorrem quando se voltam reflexivamente para a sua própria análise.

Nessa perspectiva, também contribui Weber, quando sustenta que, independentemente de qual seja a explícita posição epistemológica dos próprios cientistas, eles se utilizam necessariamente de determinados procedimentos metodológicos que ele – Weber – procura trazer à tona.

Nos dizeres de Bourdieu, citando Weber (cf. WEBER, 1958; p.103-4):

Da mesma forma que o conhecimento da anatomia não é a condição suficiente de um procedimento metodológico correto, assim também a metodologia [ou, melhor dizendo, as reflexões metodológicas], dizia *Weber*, ‘não é [ou não se constituem como] a condição de um trabalho fecundo’. (BOURDIEU, 2010; p.15-6).

No caso específico do programa educacional, foco deste trabalho, considerar seus atores, ações, desdobramentos e possíveis efeitos desvinculados de hierarquias, torna-se a principal intenção, sob a ótica da reflexão metodológica adotada.

Assim sendo, a perspectiva pós-estruturalista de Stephen Ball busca chamar atenção para o poder que os discursos e os textos de uma política educacional exercem sobre o contexto de programas como o PRONATEC, assim como o poder de ação dos sujeitos envolvidos em ressignificarem essas políticas.

No intuito de tornar mais clara a política pública educacional em voga, a seguir apresentamos de forma concisa, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

BREVE HISTÓRICO DO PRONATEC

Em 26 de outubro de 2011, a presidenta DILMA ROUSSEFF aprova o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituindo a lei nº 12.513, a ser executada pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, cujos objetivos, são assim descritos:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011, Lei nº 12.513.

Nota-se que o propósito do programa é fomentar a formação profissional no país, atendendo prioritariamente, de acordo com o Art. 2º da lei, uma determinada fração do universo educacional do país, são eles:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011, Lei nº 12.513.

Para tanto, no escopo do texto legal do programa, o artigo 3º institui que:

O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011, Lei nº 12.513.

Tendo em vista a abrangência das ações atribuídas aos diversos atores responsáveis pela execução do programa, lançar luz da abordagem do ciclo de políticas, permite uma visão ampla e diferenciada das concepções ditas lineares, permitindo avançar para além da dimensão puramente técnica da análise.

A seguir, faremos um ensaio analítico deste programa sob o ponto de vista da abordagem proposta no trabalho.

O PRONATEC SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS

É válido ressaltar a importância de atentar para os fundamentos epistemológicos adotados na análise crítica de políticas públicas educacionais, com objetivo de evitar o perigo de cair no relativismo científico.

As perspectivas epistemológicas conferem as diretrizes norteadoras do processo investigativo. Dizem respeito às “teorias gerais”, à “cosmovisão” assumida pelo pesquisador, essas perspectivas poderiam ser o marxismo, o neo-marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, existencialismo, humanismo, positivismo e pluralismo. TELLO, 2013.

Paula Arcoverde Cavalcanti chama atenção no que ela denomina ‘enfoques’, para destacar as perspectivas, os pontos de vista, as formas de olhar a mesma realidade, as políticas públicas. São eles, o enfoque de análise de políticas e o enfoque de avaliação de políticas. Essas correntes ou abordagens, possuem ambas, o objetivo de conhecer as práticas e resultados subjacentes às políticas públicas. CAVALCANTI, 2007.

Nesse contexto, o PRONATEC enquanto política pública educacional, dispõe de um potencial acentuado como contribuição para o fortalecimento da justiça social, no sentido de dispor em seus princípios legais um conjunto de iniciativas capazes de oportunizar a capacitação profissional de diversos cidadãos brasileiros

e com isso sua ascensão social.

Sob a dimensão da abordagem do ciclo de políticas, no contexto da influência, onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado – MAINARDES, 2006. Os grupos de interesse dentro do programa são as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. MAINARDES, 2006. Essa dimensão gerou no caso em estudo o texto da lei que fundamenta o PRONATEC, apresentada em síntese no tópico anterior.

No contexto da prática, onde de acordo com Ball e Bowe (Bowe et al., 1992), tem como ponto-chave que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”. A política está sujeita à interpretação e recriação, é onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Esse contexto se reveste de especial importância neste trabalho, na medida em que as ações educativas desenvolvidas pelos atores envolvidos irão definir os possíveis efeitos nos resultados obtidos relativos a questão da justiça social, Bowe enfatiza que:

Os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (...). Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE et al., 1992, p. 22)

Ainda nesse contexto, os grupos de interesse, deverão realizar interpretações diferenciadas dos textos legais, relativas principalmente aos seus valores e propósitos. Considerando a diversidade de atores atribuídos na concepção do programa, essas interpretações tendem formar categorias de ações totalmente divergentes entre si, levando em conta os interesses distintos destes.

Conforme dispostos no artigo 3º da lei que fundamenta o PRONATEC, as unidades de ensino atuantes no programa foram inicialmente (2011 a 2013) as instituições federais e estaduais de ensino profissional e os serviços nacionais de aprendizagem pertencentes ao sistema S, a partir de 2014, foram habilitadas por meio da portaria nº 701, de 13 de agosto de 2014, as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio (rede estadual e privada).

MEC, 2014. Essa realidade apresentada, sob o ponto de vista da abordagem do ciclo de políticas é significativa, devido aos possíveis resultados advindos do processo de interpretação e reinterpretação do texto base do programa, por parte dos seus agentes ativos.

Dessa forma, ponderar as especificidades das ações desses agentes, pode ser um importante instrumento capaz de assimilar as implicações resultantes do processo de implementação do programa. Essas implicações serão fundamentais para análise dos resultados obtidos, bem como, da condição do programa em estudo ser caracterizado como potencial coadjuvante para o fortalecimento da justiça social no país.

Quanto aos demais contextos da abordagem do ciclo, em consequência da natureza recente e desafiadora das metas propostas pelo PRONATEC, acentuadas pelas implicações apontadas no contexto da prática, emergem algumas questões norteadoras, propostas por Mainardes, que foram selecionadas conforme as características intrínsecas do programa, e que poderão conduzir análises futuras, de acordo com sua jornada, são elas:

Contexto	Questões norteadoras
Da produção de texto	<ul style="list-style-type: none"> - Quando se iniciou a construção do texto da política? - Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para a participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos? - Quais são os discursos predominantes e as idéias-chave do texto? - Há no texto da política influências de agendas globais, internacionais ou nacionais; de autores estrangeiros ou de compromissos partidários? - Há inconsistências, contradições e ambiguidades no texto? - Além do texto ou textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?
Dos resultados/efeitos	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o impacto da política para os alunos (ou receptores da política) em geral? - Qual o impacto da política para grupos específicos tais como: classe social, gênero, raça/etnia, localidade (urbana/rural; áreas carentes/mais desenvolvidas), características pessoais dos alunos, ritmos de aprendizagem, pessoas portadoras de necessidades especiais? - Há dados oficiais sobre o impacto da política? O que eles mostram? - Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?
Da estratégia política	<ul style="list-style-type: none"> - Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? - Que estratégias (gerais e específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas? - As estratégias delineadas contribuem para o debate sobre a política investigada e para aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados? - As estratégias delineadas consideram os aspectos macroestruturais?

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MAINARDES, 2006, anexo 1.

Baseada na perspectiva teórico-metodológica da abordagem do ciclo de

políticas, a busca de respostas para estas e outras questões futuras, são fundamentais para investigação analítica do PRONATEC. Portanto, o acompanhamento dos desdobramentos das ações do programa, análise de documentos publicados e principalmente pesquisa de campo, envolvendo as várias facetas e dimensões desta política educacional serão necessários para realizar a intenção sob a ótica desta perspectiva.

Assim sendo, objetivando ampliar a compreensão do programa em função de seu caráter colaborador nas questões de justiça social, o ponto de vista da abordagem do ciclo incorpora uma nova dimensão para sondagem apurada dessa política pública em educação nos termos aqui analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem o propósito de esgotar este debate, no entanto com o objetivo de subsidiar reflexões sobre as inferências acerca da discussão proposta, a análise das contribuições alcançadas a partir da abordagem dos ciclos até o presente momento, apoiadas pelos referenciais teóricos expostos, possibilitam de antemão sinalizar que tal método pode vir a colaborar sobremaneira para o entendimento das ações do PRONATEC, bem como da potencial contribuição no papel de proporcionar justiça social em sua missão.

Concluimos que futuras análises críticas e contextualizadas deste e de outros programas e políticas educacionais, a partir do exemplo observado, poderão ser dispostas utilizando do método da abordagem do ciclo, considerando especialmente a dinâmica intrincada e multifacetada das políticas públicas no âmbito educacional, destaque da abordagem.

Tal complexidade se acentua mais ainda quando consideramos a dimensão continental do Brasil, suas mazelas reconhecidas no campo da educação (em especial a de formação de mão de obra), e as interferências dos organismos internacionais nas políticas voltadas para tal, considerando também o momento histórico que o país atravessa no processo de expansão da formação profissional e tecnológica para capacitar mão de obra em seu território.

Outros estudos podem se voltar mais a explicar as razões e motivos que mobilizam governos na orientação de suas políticas, enquanto numa outra perspectiva, demais pesquisas podem explorar a análise do impacto diferenciado destas políticas sobre as diferentes classes sociais, levando em conta os arranjos locais, questões socioeconômicas, culturais, modelos didático-educacionais entre outras.

Outra perspectiva pode indagar especificamente sobre os valores, compromissos e experiências dos profissionais diretamente envolvidos na execução

do programa, tendo em vista a diversidade de agentes pactuados, sem ignorar a importância da estrutura na qual as ações educativas do programa se desenvolvem.

Tais dimensões podem ser investigadas, tendo como pano de fundo o PRONATEC, a partir da abordagem apresentada de acordo com a análise inicial referenciada neste trabalho, levando-se em conta as características singulares do método proposto aplicado.

Portanto, para capturar a complexidade do processo justiça social inserido no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego será necessário observá-lo a partir de diversos ângulos, em busca de reflexões diversificadas cuja análise crítica, interrogadora e autônoma se faça de modo isento e epistemologicamente consistente.

Com isso, acreditamos que abordagem do ciclo de políticas constitua um importante referencial metodológico, capaz de propiciar análises críticas e contextualizadas de programas que possam vir a contribuir para o fortalecimento da justiça social, a exemplo do PRONATEC.

REFERÊNCIAS

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: MAINARDES, J. (ORGS). Políticas educacionais: questões e dilemas. SP, Cortez, 2011, p.21-53.

BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: MAINARDES, J. (ORGS). Políticas educacionais: questões e dilemas. SP, Cortez, 2011, p.21-53.

BALL, S.; Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (ORGS). Políticas educacionais: questões e dilemas. SP, Cortez, 2011, p.78-99.

BRASIL, O Pronatec. 2011b. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/14>>. Acesso realizado em 10/11/2014.

CAVALCANTI, P. A. Sistematizando e comparando enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional, Tese de doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 2007.

ISOLA, N. J.; AMAR, H. M. A perspectiva epistemológica de Pierre Bourdieu no campo acadêmico da educação na Argentina (1971-1989), p. 109 - 139. In: TELLO, C.; Almeida, M. de L. Pinto de. Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional. SP, Mercado das Letras, 2013.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade, v. 27, n. 97, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (ORGS). Políticas educacionais: questões e dilemas. SP, Cortez, 2011, p.143-172.

MOREIRA, CRBS; SOUZA, AR. A sociologia weberiana, seu legado para as ciências sociais e seu potencial para a pesquisa em políticas educacionais. ReLePe, 2014.

MOREIRA, L.; GONZALEZ, W. Aspectos da relação macro/micro na análise de políticas educacionais. ReLePe, 2014.

PORTAL DO MEC. Educação profissional mais acessível. MEC, 22/07/2008. Disp. em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10912. Acesso realizado em 29/11/2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.513, institui o pronatec. Brasília, 26 de outubro de 2011 (b). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm. Acesso realizado em 11/11/2014.

SILVA, A. de S. Uso da abordagem do ciclo de políticas no Brasil: metodologia ou epistemometodologia. ReLePe, 2014.

TELLO, C.; Almeida, M. de L. Pinto de. Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional. SP, Mercado das Letras, 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agroecologia 1, 2, 5, 6, 7, 10, 50, 53, 56, 59
Análises e reflexões 102, 272
Atividades didáticas 184, 189, 190, 192, 193
Atividades na natureza 28, 31
Avaliação Física 122, 123, 124, 125, 128, 129

B

Biofilia 28, 29, 30, 36, 37, 38

C

Caverna 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 142
Conhecimentos matemáticos 50, 53, 54, 59
Consolidação 59, 78, 79, 82, 97, 102, 108, 275, 310
Corpo 28, 30, 31, 36, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 113, 137, 142, 200, 210, 212, 240, 264
Creche 204, 205, 206, 207, 208
Currículo 3, 6, 9, 10, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 120, 192, 202, 210, 211, 212, 216, 218, 221, 222, 223, 227, 277, 279, 294, 298, 301

D

Direito a ter direitos 195
Disciplina 12, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 43, 46, 48, 71, 72, 86, 90, 91, 93, 94, 95, 103, 117, 118, 178, 188, 189, 192, 196, 204

E

Educação Física Escolar 61
Educação Infantil 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 262, 266, 297, 299
Ensino de Ciências 1, 2, 7, 74, 104, 105
Ensino de química 102, 109
Ensino e aprendizagem 80, 132, 175, 178, 194, 283
Escalonamento 149, 150, 153, 154, 156, 159
Escola 1, 3, 7, 40, 42, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 161, 163, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 187, 194, 195, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 231, 248, 249, 250, 253, 255, 257, 260, 263, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 290, 292, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316
Estado da arte 102, 104, 109, 203, 302

Estágio Curricular 72, 86, 88, 93
Estágio Supervisionado 50, 51, 52, 53, 59

G

Geogebra 149, 150, 153, 154, 155, 160

H

História 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 69, 76, 77, 79, 84, 105, 109, 118, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 176, 183, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 216, 219, 220, 224, 238, 239, 240, 241, 242, 250, 283, 287, 288, 301, 302, 317
História dos Direitos Humanos 195, 196, 197, 203

I

Informática na Educação 161, 162, 164, 165, 166, 171, 173, 174

J

Jogos 17, 22, 40, 43, 66, 67, 76, 80, 105, 175, 178, 179, 180, 181, 183

L

Licenciatura em Educação do Campo 50, 51, 54, 55, 58
Licenciatura em Matemática 43, 175, 183
Língua Inglesa 184, 188, 193, 194
Logos Histórico 140, 143, 144, 145

M

Material Pedagógico 61, 62, 63, 64, 67, 68, 71
Medicalização 86, 88, 96, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139

N

NTEM Santa Maria 162, 164, 172

P

PIBID 84, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183
Pivotamento 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159
Política 18, 80, 87, 113, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 162, 164, 184, 185, 188, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 258, 259, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 285, 289, 295, 296, 298, 300, 301, 302
Politização 140, 143, 144, 145
Prevenção 112, 116, 117, 120, 122, 126, 128, 129
Primeiros socorros 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Processo Educativo 42, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 94, 166, 172, 210, 289, 314
Produção Agroecológica 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Professor de Informática Educativa 161, 162, 163, 166
Professores 8, 46, 47, 52, 62, 64, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 100,
105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 128, 134, 135, 159,
160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 178, 182, 184, 186, 187, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 195, 201, 203, 206, 210, 213, 214, 216, 217, 221, 223, 274, 278, 282,
286, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 316, 317
Profissão 26, 72, 83, 97, 186, 216, 278, 303, 304, 307, 308, 309, 314, 315
Projeto Político Pedagógico 204, 205, 206, 209, 211, 212, 213, 221, 222, 223

R

Roteiro 35, 113, 184, 185, 188, 189, 190, 192, 193

S

Sedentarismo 122

Sistemas Agroflorestais 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11

Sistemas Lineares 149, 150, 154

Sociedade 4, 5, 6, 7, 13, 40, 41, 42, 48, 52, 53, 57, 65, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 86, 88,
89, 90, 91, 92, 94, 95, 102, 105, 109, 118, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 143, 145, 146,
147, 160, 162, 163, 165, 173, 174, 182, 186, 194, 202, 209, 213, 216, 219, 220, 235, 237, 238,
240, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 273, 275, 277,
278, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297, 299, 301, 307

T

Tecnologia Educacional 161, 162, 164, 165, 166, 174

Transdisciplinaridade 74, 79, 80, 81

